



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CONCURSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NA EMERJ – 1º SEMESTRE/2019  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO E PRIVADO  
11 DE NOVEMBRO DE 2018**

**I - TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL**

**1ª QUESTÃO (6 PONTOS)**

Faça uma abordagem sobre a eficácia dos tratados internacionais sobre direitos humanos no período de vigência da Constituição Federal de 1988. (máximo de 20 linhas)

**2ª QUESTÃO (6 PONTOS)**

Faça uma abordagem sobre os conceitos de democracia representativa e participativa. (máximo de 20 linhas)

**II - DIREITO CIVIL**

**1ª QUESTÃO (6 PONTOS)**

A cláusula penal convencionada pelas partes em contrato pode ser objeto de controle judicial que estabeleça a sua redução “*ex officio*”? (máximo de 20 linhas)

**2ª QUESTÃO (6 PONTOS)**

Prêmio de loteria, recebido por ex-companheiro septuagenário, durante o período de união estável comprovada, deve ser objeto de partilha entre o extinto casal? (máximo de 20 linhas)

**III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**1ª QUESTÃO (6 PONTOS)**

Durante a realização de uma audiência de instrução e julgamento (AIJ), em processo que tramita perante a 1ª Vara Cível da Capital, o advogado do demandante insistia em que ele próprio devesse inquirir diretamente a testemunha, enquanto o patrono da outra parte rebatia que as perguntas deveriam ser feitas ao magistrado para que este pudesse, diretamente e pessoalmente, indagar a própria testemunha. Indaga-se: qual o modelo adotado pelo CPC/15 no que diz respeito à colheita de prova oral em AIJ? Quem deve realizar as perguntas das partes às testemunhas continua sendo o Juiz ou o próprio patrono passou a ter esse direito? Responda indicando, se houver, o(s) dispositivo(s) pertinente(s). (máximo de 20 linhas)

**2ª QUESTÃO (6 PONTOS)**

Aurélio promove demanda em face de Antônio perante a 3ª Vara Cível da Comarca da Capital, tendo requerido gratuidade de justiça na própria inicial. Ocorre que, ao analisar a petição inicial, o magistrado indeferiu o aludido beneplácito, por entender que o demandante não é hipossuficiente. Desta decisão interlocutória, Aurélio pretende recorrer. Indaga-se: a) qual recurso cabível para impugnar a referida decisão?; b) Ao interpor o referido recurso, o recorrente terá que efetuar o preparo imediatamente? Responda indicando, se houver, o(s) dispositivo(s) pertinente(s). (máximo de 20 linhas)

## **IV - DIREITO EMPRESARIAL**

### **1ª QUESTÃO (6 PONTOS)**

Título Judicial transitado em julgado, em face de sociedade empresária em recuperação judicial, contém condenação de juros e correção monetária, sem limite temporal, até a data do efetivo pagamento. Ao se habilitar o crédito, o Juízo em que se processa a recuperação retifica o cálculo do crédito, limitando a incidência de juros de mora e correção monetária até a data do pedido de recuperação. O credor inconformado recorre da decisão alegando que o título judicial não pode ser alterado, eis que, transitou em julgado, pleiteando a reforma da decisão do Juízo *a quo*, afirmando ter direito aos juros e correção, enquanto não houver o efetivo pagamento. O recurso deve ser provido? Porquê? (máximo de 20 linhas)

### **2ª QUESTÃO (6 PONTOS)**

Tício em 20/03/2017 emitiu um cheque para Mévio no valor de R\$10.000,00 pós datando-o para o dia 20/06/2017. Mévio garantiu para Tício que somente faria o desconto do cheque na data combinada. Ocorre que um mês depois, por engano, Mévio apresentou o cheque ao banco sacado que descontou o valor da conta corrente, não respeitando a data posta no título de crédito. Tício aceitando a explicação de Mévio, ingressa com ação de reparação em face do Banco sacado, que efetuou o pagamento do cheque fora da data indicada no título. Como deve ser julgada a ação? Porquê? (máximo de 20 linhas)

## **V - DIREITO PENAL**

### **1ª QUESTÃO (6 PONTOS)**

Bertoldo foi denunciado pelo Ministério Público por estupro de vulnerável (art. 217-A, §1º CP) por ter, em 15/01/2018, ejaculado sobre Monike, maior de 18 anos, enquanto esta dormia no trem em que ambos viajavam de Nova Iguaçu para a Central do Brasil. Entendeu o promotor de justiça, forte na doutrina de um de nossos maiores penalistas, Nelson Hungria, que a masturbação configuraria um ato libidinoso e que o fato de estar a vítima dormindo profundamente configuraria impossibilidade de defesa. A tese acusatória foi ratificada em memoriais. A Defensoria Pública pleiteou em alegações derradeiras a absolvição por falta de provas ou, alternativamente, a desclassificação para a contravenção de importunação ofensiva ao pudor (art. 61 do Decreto-Lei 3688/41) sob o argumento de que a gravidade do fato não era tal que permitisse a aplicação da pena do delito constante da denúncia. Os autos foram, então, ao juiz criminal em 30/10/2018 para sentença. Considerando que há provas testemunhais, pericial (colheita do material) e depoimento da vítima no sentido da ocorrência do ato, qual deve ser o enquadramento típico a ser reconhecido pelo juiz? (máximo de 20 linhas)

### **2ª QUESTÃO (6 PONTOS)**

O que é crime preterdoloso? (máximo de 20 linhas)

## **VI – DIREITO PROCESSUAL PENAL**

### **1ª QUESTÃO (6 PONTOS)**

É admissível a prisão em flagrante em infração de menor potencial ofensivo? (máximo de 20 linhas)

## **2ª QUESTÃO (6 PONTOS)**

Existe diferença entre indícios (por exemplo art. 126 e 312, CPP) e prova indiciária (art. 239, CPP)? É possível sentença condenatória baseada exclusivamente em prova indiciária? (máximo de 20 linhas)

## **VII - DIREITO DO CONSUMIDOR**

### **QUESTÃO ÚNICA (8 PONTOS)**

Reconhecido o desequilíbrio de um contrato de financiamento, com evidente desvantagem para o consumidor, é viável sua revisão, tendo em vista os princípios contratuais da autonomia da vontade e da obrigatoriedade dos contratos? Explique à luz da legislação consumerista. (máximo de 20 linhas)

## **VIII – LÍNGUA PORTUGUESA - REDAÇÃO (20 PONTOS)**

No contexto contemporâneo, com o crescimento da rede mundial de computadores e maior acesso tecnológico à banda larga, as fronteiras entre mundo real e virtual revelam-se cada vez menos definidas. Nesse ambiente, proliferam-se as *fake news* como instrumento de exercício de poder, cada qual com um objetivo definido de criação e controle de marcas ideológicas. Reflita sobre a afirmação acima e redija um texto argumentativo, empregando obrigatoriamente entre 25 e 30 linhas, em que se discuta o seguinte questionamento: *Quando o advogado cria versões de fatos para defender seus clientes, pode-se afirmar que igualmente produz algo semelhante a fake news, e por isso deveria ser incluído em atitude criminosa?*

**BOA SORTE !!!**